

**ATA Nº 19, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.**

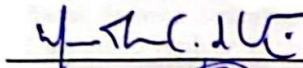
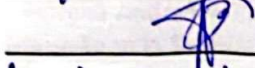
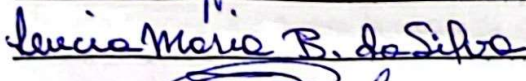

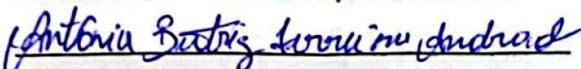
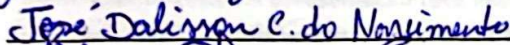
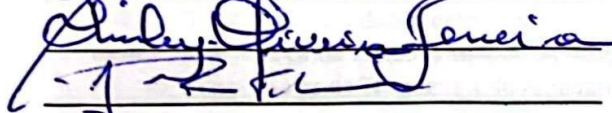
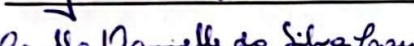
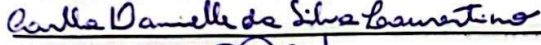

Aos (21) vinte e um dias de setembro, do ano de dois mil e vinte e três (2023) através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Presidente, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB; Vice presidente, Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape; Lúcia Maria Bezerra da Silva (Mara)/SEMA; Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu de Maranguape; Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH; Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do Núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo; Carlla Danielle da S. Laureano/Gerente do Licenciamento da SEMURB e Anielda Favila Prata/Técnica em Secretaria. Registramos a ausência das seguintes instituições com justificativa: Facundo Engenharia, CEEU, Associação Serra do Lagedo, Secretaria de Saúde, e SEINFRA (justificativa posterior a reunião de hoje e a tempo de fechamento dessa ata). **Instituição sem justificativa**: Câmara Municipal de Maranguape. Encerrada essa conferência da frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo Secretário Marcus Silva e em seguida pelo Gerente Ítalo que apresentou a pauta: **Proposta de Resolução do COMDEMA, número (19) dezoito de 21/09/2023**, que trata da isenção do termo de compromisso de compensação ambiental, para processo de licenciamento ambiental simplificado, também conhecido como LAU - Licença Ambiental Única, e convidou a gerente do licenciamento ambiental, Carlla Danielle, para apresentar à temática. A gerente iniciou sua apresentação fazendo o embasamento técnico à Resolução proposta, que altera o processo de licenciamento ambiental, com o objetivo de isentar os processos de licença ambiental única dos termos de compromisso de compensação ambiental TCCA's. A gerente lembrou da campanha educativa, que houve no final do ano passado, sobre a regularização do licenciamento ambiental, que tinha o intuito de regularizar um número maior de empresas, tendo em vista que esse processo de licenciamento ainda é uma novidade, pois teve início no final de dois mil e vinte (2020) e em dois mil e vinte e um (2021) foi estruturado toda a política ambiental, todos os processos administrativos através das resoluções do COMDEMA, mas pelo fato de algumas dessas licenças serem passíveis de licenciamento pela SEMACE, havia uma dificuldade de fiscalização, e os empreendedores não buscavam essa regularização. Para esse embasamento foi considerado a Lei Complementar número cento e quarenta, de oito de dezembro de dois mil e onze (140 de 08/12/2011) e a Lei Complementar número zero, zero um, de dois mil e vinte (001/2020) que estabelecem: competência municipal no processo de licenciamento e regularização ambiental de empreendimentos instalados no município de Maranguape, amparados pela Resolução COMDEMA número zero, zero dois, de dois mil e vinte e um (002/2021). Foi dito pela gerente, que a maioria dos processos de Licença Ambiental Única, são dos micros empreendedores individuais, micro empresas e empresas de pequeno porte, garantido o princípio da isonomia pela lei federal, facilitando os processos e também considerando a necessidade da regularização e da revisão dos procedimentos utilizados no licenciamento. Esta resolução visa adotar, estabelecer procedimentos administrativos para isentar os TCCA's-Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, nos processos de LAU-Licença Ambiental Única. A gerente esclareceu que a maioria desses processos é de empresas pequenas que iniciaram recentemente ou estão se adequando ao mercado, e que, a grande maioria dessas atividades é de farmácias de trinta (30) a sessenta (60) metros no máximo; essas farmácias procuraram a SEMURB para regularizar suas licenças (durante a campanha de educação e regularização ambiental, que houve em parceria com a Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária) por que seriam obrigadas a se submeter, assinar e cumprir uma compensatória ambiental através do TCCA. Pelo fato da LAU ser um processo mais simples e considerando que as farmácias são de pequeno porte e baixo potencial de degradação e levando em consideração o tratamento diferenciado recomendado pela legislação federal, a SEMURB autorizaria pelo período de vigência desta resolução, a isentar a obrigação de compensação ambiental (Artigo número 20 da Resolução do COMDEMA) que seria imposta para a regularização ambiental dessas empresas, de acordo com as informações prestadas pelo empreendedor, pelo fato de que não poderiam se beneficiar, os empreendimentos que já tenham firmado medidas compensatórias, mediante a assinatura dos termos, mesmo que ainda estejam em prazo de cumprimento, não cabendo qualquer devolução ou ressarcimento por parte do órgão licenciador ou qualquer medida compensatória já prestada anteriormente. Esta Resolução busca a regularização destes empreendimentos, cujo pedido será aprovado pela SEMURB, sendo que os mesmos, não serão submetidos aos termos do Artigo vinte da resolução numero zero, zero dois, de dois mil e vinte e um (Art. 20 Res. 002/2021) para serem inseridos na licença Ambiental Única - LAU. O gerente Ítalo complementou: Os empreendimentos que já se instalaram e construíram, sem cumprimento das devidas licenças, a resolução do COMDEMA obriga a assinatura



de um TCCA, mas a proposta da SEMURB seria incluí-los na LAU, por se tratar de empreendimentos pequenos de até duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), com potencial poluidor degradador baixo, com pequeno poder de investimento, em que a compensação seria muito mais cara do que o faturamento dessas empresas. Sendo proposto que nessas situações, mesmo sendo para licenciamento de regularização, que estes empreendimentos, sejam isentos da assinatura de um TCCA. A proposta de resolução foi colocada para as considerações e voto dos conselheiros. O conselheiro Siqueira solicitou esclarecimentos em relação ao tamanho do empreendimento (espaço físico) como também se existem outros empreendimentos além de farmácias, pela questão da noção de rede/filiais e como as empresas se configuram em relação a ser uma MEI ou pequena empresa. A Conselheira Mara Silva reforçou a preocupação do professor Siqueira, e falou que já que a empresa não terá esse gasto com a compensação ambiental, que poderia ser pensado na cobrança da logística reversa, condicionar na licença, a instalação de um "contêinerzinho", um local para que seja estimulado as pessoas a devolverem a medicação vencida, partir para essa educação de que empresas que geram resíduos, não recicláveis, precisam ter responsabilidade com a sociedade, para ser condicionado na licença, o estímulo da coleta dos produtos vencidos, para impedir que sejam lançados na natureza e cause a contaminação do ambiente. Em relação ao questionamento do professor Siqueira, foi esclarecido que a questão do tamanho, já é estabelecido na Resolução vinte (20), mas que pode ser revisto; que outros estabelecimentos como consultórios e confecções também se enquadram no perfil, e por ultimo, que o objetivo da Resolução é em relação a amparar as empresas de pequeno porte, que precisam de regularização por serem pequenas e não ter suporte jurídico, para orientação em relação as questões de licenciamento. Em relação à sugestão da Conselheira Mara, sobre a logística reversa, foi colocado para ser uma recomendação do COMDEMA ao licenciamento ambiental, caso todos aprovarem, para ser redigida essa recomendação, onde o licenciamento deverá passar a considerar nesses processos a implantação de logística reversa, que já é uma previsão legal da política nacional de resíduos sólidos. Foi proposto pelo gerente Ítalo, que na próxima reunião do COMDEMA, fosse sobre a temática "Resíduos Sólidos" e esclareceu sobre a importância. A Conselheira Shirley falou em relação à poluição produzida pelas pequenas confecções, que não há uma maneira correta de descarte, havendo a necessidade de chamá-las para uma conversa, para que esse resíduo seja colocado de maneira correta e tenha um menor impacto ao meio ambiente. Em relação a essa questão específica, foi colocado que possivelmente esses empreendimentos não são licenciados e que os conselheiros podem colaborar, fazendo denúncias, para que esses estabelecimentos sofram as medidas cabíveis (multa, suspensão da atividade...). O Conselheiro Silvio Napoleão falou que deve ser considerado o conjunto de pontos associados, sendo necessário se enquadrar na área coberta e no impacto desse empreendimento, por ser um conjunto, é preciso ser micro e pequena empresa, ter uma área coberta limitada, faturamento limitado, uma série de condicionantes para poder ter o benefício da norma, que já se encontra bem amarrada, justamente para que diminua essa facilidade com que as pessoas tentam burlar, para se enquadrar em níveis diferenciados. O Conselheiro/presidente Marcus Silva, salientou o entendimento desse conjunto de regulamentos e concordou com a Conselheira Mara em relação a logística reversa, para que seja cobrado a destinação correta de cada resíduo (oficinas, restaurantes, lava-a-jato...) questões que precisam avançar para a próxima reunião. Após os esclarecimentos, foi posta em votação a Resolução COMDEMA número dezenove, de vinte e um de setembro de dois mil e vinte três (nº 19 de 21/09/2023) que isenta no âmbito do município de Maranguape, os processos de licenciamento ambiental única, dos termos de compromisso e compensação ambiental. Todos os Conselheiros votaram individualmente a favor, aprovando a resolução. O Gerente Ítalo falou que o município de Maranguape está reunindo documento para o Selo Município Verde (Edição 2022/2023), para tanto, há a necessidade de leis que não temos e que são importantes para o Selo, como: Política Municipal de Resíduos Sólidos; Política Municipal de Proteção Animal, Política Municipal de Saneamento Básico, Política de Controle do Desmatamento e das Queimadas e a Política de Incentivo a Tecnologia Sócio Ambiental, caso o COMDEMA autorize, será construído um documento que será expedido por esse Conselho. A proposta é construir cinco recomendações, pedindo através de ofícios, direcionados ao poder público: a SEMURB, ao gabinete do Prefeito, a Procuradoria Geral do Município, para dar início ao debate e posteriormente sejam colocadas em minuta e sejam submetidas à Câmara de Vereadores para a construção dessas cinco leis. A Conselheira Shirley falou que já existe uma lei de resíduos sólidos pronta, que foi retirada de votação na Câmara de Vereadores, que precisa ser reavaliada, analisada, atualizada, vê o que será necessário modificar. Todos os conselheiros, através de mensagens, concordaram na construção dessas recomendações. Para finalizar, a Conselheira Mara, fez um convite para a participação da seleção das instituições que irão participar do Conselho Gestor da APA do Rio Maranguapinho, visto que esse rio passa por quatro (4) municípios (Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia) na pretensão de ter instituições, tanto do poder público como da sociedade civil, para integrar esse colegiado. O convite foi em



saber se havia o interesse de algum dos presentes, integrarem essa composição da APA do Rio Maranguapinho aqui por Maranguape. A Conselheira Shirley se interessou e foi informada que será necessário o preenchimento de solicitação oficial, para que a mesma conste na portaria de criação do Conselho Gestor. O Conselheiro Siqueira também manifestou interesse e a CAGECE falou que levará o convite para a gerência maior do órgão. A Conselheira Mara, também fez uma ponderação em relação à problemática das capivaras, mencionada na reunião do IBAMA e que está sendo pensado um documento ou uma solução para esse problema de interesse do município. Foi informada que essa será uma pauta posterior. Sem mais para o momento, eu, Aniêlda Favila Prata, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

	1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/Secretário SEMURB
	2. Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape
	3. Lúcia Maria Bezerra da Silva (Mara)/SEMA
	4. Sílvia Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
	5. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM
	6. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu Mpe.
	7. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH
	8. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente Meio Ambiente-SEMURB
	9. Carlla Danielle da S. Laureano/Gerente Licenciamento-SEMURB
	10. Aniêlda Favila Prata/Técnica em Secretaria-SEMURB